MPV - 386

00012

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 05.09.200	7	proposição  Medida Provisória nº 38612007			
autor GORETE PEREIRA				nº do prontuário 100	
1 🕱 Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. 🗌 Aditiva	5. [	Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso		alínea
	Artigo	Parágrafo TEXTO / JUSTIFICAC			alinea

Medida Provisória nº 386/2007

Suprima-se o inciso II do parágrafo único do artigo 1º.

## **JUSTIFICATIVA**

O art. 8º da Lei nº 11.355/2006 assegurava, aos optantes pelos dispositivos dessa lei, efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2006, ano de sua publicação. Sutilmente, na Medida Provisória nº 386/2007, apesar de manter a aplicação de todas as disposições da Lei nº 11.355/2006, retira-se esse direito e concede-se efeitos financeiros somente a partir do dia primeiro do mês seguinte ao da assinatura do novo termo de opção, prejudicando assim os servidores que aderirem a partir dessa data.

Vale ressaltar que o encerramento do prazo de assinatura do termo de opção à época da publicação da Lei nº 11.355/2006 foi de inciativa unilateral do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Naquela data, foram prejudicados mais de 40 mil servidores em todo o Brasil, motivo pelo qual participamos, juntamente com uma Comissão de servidores do Ministério da Saúde no Ceará, representados pelo Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social no Ceará - SINPRECE, de audiência com o Secretário Executivo do Ministério do Planejamento a fim de reivindicar a reabertura do prazo de opção.

Nosso pleito surtiu efeito com a edição da MP nº 386/2007, porém, para nossa surpresa, foi incluído o dispositivo que ora propomos a supressão, iniciativa que objetiva evitar que se cometa mais um erro grave e prejudicial aos

servidores da Seguridade Social, Previdência e Trabalho.

PARLAMENTAR

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas Pereira Deputada Federal - CE